

ORGANIZADORES:
ANSELMO ZILET ABREU
CARLOS AUGUSTO DANIEL NETO
MÁRCIO CÉSAR COSTA

DIREITO CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO E TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL

ESTUDOS EM HOMENAGEM À PROFESSORA ELIZABETH NAZAR CARRAZZA

PREFÁCIO POR PAULO DE BARROS CARVALHO
APRESENTAÇÃO POR RENATO LOPES BECHO

Ana Carolina Dias Moreno
Anselmo Zilet Abreu
Betina Treiger Grupenmacher
Bruno Luis Talpai
Carlos Augusto Daniel Neto
Cláudio de Abreu
Daniel Moreti
Estevão Horvath
Fábio Soares de Melo
Heleno Taveira Torres
Hendrick Pinheiro
Humberto Ávila
Isabela Bonfá de Jesus
José Eduardo Soares de Melo
Julcira Maria de Mello Vianna Lisboa
Luiza Nagib
Marcelo Signorini Prado de Almeida

Márcio César Costa
Marcus Rogério Oliveira dos Santos
Mariana Corrêa de Andrade Pinho
Misabel de Abreu Machado Derzi
Nathaly Campitelli Roque
Osvaldo Santos de Carvalho
Paulo Ayres Barreto
Rafael Kaue Feltrim Oliveira
Regina Helena Costa
Renata Cypriano Dellamonica
Renata Elaine Silva
Renato Lopes Becho
Rogério Hideaki Nomura
Roque Antonio Carrazza
Thais Helena Morando
Vitor Martins Flores

Editora Quartier Latin do Brasil
São Paulo, outono de 2021
quartierlatin@quartierlatin.art.br
www.quartierlatin.art.br

**ANSELMO ZILET ABREU; CARLOS AUGUSTO DANIEL NETO;
MÁRCIO CÉSAR COSTA (COORDENAÇÃO)**

*Direito Constitucional Tributário e Tributação Municipal – Estudos em Homenagem à
Professora Elizabeth Nazar Carrazza*

São Paulo: Quartier Latin, 2021.

ISBN 97-8655-575-076-8.

1. Direito Tributário Constitucional. 2. Tributação Municipal. 3. Impostos.

I. Título

Editor

Vinícius Vieira

Produção editorial

José Ubiratan Ferraz Bueno

Diagramação

Antonio Marcos Cavalheiro

Revisão gramatical

Studio Quartier

Capa

Anderson dos Santos Pinto

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua General Flores, 508

Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefones: +55 11 3222-2423; +55 11 3222-2815;

Whatsapp: +55 11 9 9431 1922

Email: quartierlatin@globo.com

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei n.º 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	17
Prefácio por Paulo de Barros Carvalho.....	19
Apresentação por Renato Lopes Becho.....	21

I.

Imunidade das Instituições de Educação e de Assistência Social (CF/88, Art. 150, VI, "c"), 27

ANSELMO ZILET ABREU

Resumo.....	27
Homenagem.....	27
Considerações iniciais.....	28
1. Imunidades – Conceito e Características.....	29
2. A Interpretação das Imunidades e o Papel da Lei Complementar.....	37
3. A imunidade das Instituições de Educação e de Assistência Social prevista no art. 150, VI, "c" da CF/88.....	43
3.1. Ausência de fins lucrativos e os requisitos previstos em "lei".....	48
3.2. A extensão da imunidade das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos em face do § 4º do art. 150 do CTN.....	57
3.3. Impostos abrangidos pela imunidade das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos.....	60
Considerações Finais.....	64
Referências.....	66

II.

IPTU e ITBI. Capacidade Contributiva e Progressividade, 69

BETINA TREIGER GRUPENMACHER

Resumo.....	69
A homenagem.....	69
1. Introdução.....	69
2. IPTU e Progressividade.....	70
3. ITBI e Progressividade.....	75
4. Referências Bibliográficas.....	80

III.

A Progressividade do IPTU na Jurisprudência do STF e a contribuição de Elizabeth Nazar Carrazza, 81

CARLOS AUGUSTO DANIEL NETO

Resumo.....	81
Introdução.....	81
1. A Progressividade na Tributação.....	83
1.1. Progressividade e alíquota real.....	84
1.2. A progressividade e sua função redistributiva.....	86
1.3. Progressividade na Constituição Federal de 1988.....	90

1.4. Progressividade, igualdade e capacidade contributiva.....	90
2. Progressividade fiscal e os impostos reais.....	94
3. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a progressividade no IPTU	96
3.1. Antes da Emenda Constitucional nº 29/2000	96
3.2. Após a Emenda Constitucional nº 29/2000	99
4. A decisão proferida na RE nº 562.045 sobre a progressividade fiscal no ITCMD	101
Conclusão	104
Referências	104

IV.

Critérios especiais de tributação para prevenir desequilíbrios da concorrência: uma interpretação do art. 146-A da Constituição Federal, 107

DANIEL MORETI

Resumo.....	107
Introdução	107
1. Livre concorrência e a neutralidade tributária.....	108
2. O art. 146-A da Constituição	112
2.1. O Art. 146-A da Constituição e as Normas Gerais de Direito Tributário	112
2.2 A Extensão Semântica dos <i>Critérios Especiais de Tributação</i> para Prevenir Desequilíbrios da Concorrência	115
2.3. Competência Legislativa em Matéria de Direito Econômico e o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência	119
2.4. A Ressalva do Art. 146-A: sem prejuízo da competência de a União, por lei, estabelecer normas de igual objetivo	121
3. Da impossibilidade de se instituir medidas restritivas de direitos dos contribuintes com base no art. 146-A da Constituição.....	123
Considerações finais	129
Referências	130

V.

Competência constitucional para atribuição da responsabilidade tributária, 133

ESTEVÃO HORVATH

MARCELO SIGNORINI PRADO DE ALMEIDA

Resumo.....	133
Introdução	133
1. Sujeição Passiva Tributária: o contribuinte e o responsável no texto legal.....	134
2. Interdisciplinaridade no Direito Tributário.....	136
2.1. Interpretação e interdisciplinaridade.....	138
2.2. Interdisciplinaridade e os artigos 109 e 110 do Código Tributário Nacional	141
3. Limitações constitucionais à instituição da responsabilidade tributária	143

3.1. Princípio da Segurança Jurídica.....	144
3.2. Capacidade contributiva.....	148
Conclusão.....	151
Referências Bibliográficas.....	152

VI. PIS e COFINS. Não Incidência. Prestação de Serviços. Receitas de Serviços do Exterior, 155

FÁBIO SOARES DE MELO

Resumo.....	155
Breves Considerações.....	155
1. Competência Tributária. Linhas Gerais.....	156
2. Isenção e Não Incidência Tributárias.....	157
3. PIS e COFINS. Estruturas Básicas.....	158
4. PIS e COFINS. “Não Incidência”. Receitas de Prestação de Serviços para Pessoas Jurídicas Residentes ou Domiciliadas no Exterior.....	160
5. Realidade Contratual e Jurídica do Prestador do Serviço Brasileiro. Legitimidade à Fruição da “Não Incidência” do PIS e da COFINS.....	167
Conclusões.....	169
Referências Bibliográficas.....	171

VII. Inaplicabilidade do ITBI sobre Transmissões Universais de Bens ou Direitos, 173

HELENO TAVEIRA TORRES

Resumo.....	173
Demarcação do problema.....	173
1. O CTN e o fenômeno da recepção de normas pré-constitucionais: o caso das regras do ITBI.....	181
1.1. Recepção das Normas Gerais sobre a Hipótese de Incidência do ITBI no CTN. Exigência de individualização dos bens ou direitos pelos atos registraes na Legalidade Municipal Tributária.....	184
2. Relação entre os regimes gerais de tributação do ITBI, o § 4º do art. 37 do CTN e a norma de imunidade: controle de antinomias e segurança jurídica.....	191
2.1. Finalidade da norma de imunidade do art. 156, § 2º, I, da CF.....	194
2.2. Conteúdo Material da Norma de Não Incidência do § 4º do Art. 37 do CTN: a Inaplicabilidade do ITBI sobre Transmissões Universais de Bens ou Direitos.....	199
3. A Ausência de Isenção Heterônoma no § 4º do Art. 37 do CTN.....	204
Conclusões.....	210
Referências.....	217

VIII.
Imposto Sobre Serviços Advocáticos, 221

HENDRICK PINHEIRO

Resumo.....	221
Introdução	221
1. Imposto Sobre Serviços no Brasil	222
1.1. Hipótese de Incidência	225
1.2. Base de Cálculo	227
2. Os Honorários e a Atividade Advocatória.....	230
2.1. Honorários contraprestacionais	232
2.2. Honorários sucumbenciais.....	234
Conclusão.....	236
Referências	237

IX.
**Voto de Qualidade no CARF: Exame
de Constitucionalidade e de Legalidade, 241**

HUMBERTO ÁVILA

Resumo.....	241
Introdução	241
1. O voto de qualidade e o Direito aplicável	244
2. Exame constitucional e legal do voto de qualidade	256
Conclusões	262
Bibliografia	265

X.
**Imunidade Tributária dos
Livros Digitais e Semelhantes, 267**

ISABELA BONFÁ DE JESUS

ANA CAROLINA DIAS MORENO

THAÍS HELENA MORANDO

Resumo.....	267
Introdução	267
1. Competência tributária.....	268
2. Imunidades tributárias	268
3. Imunidade tributária de livros digitais e semelhantes	270
3.1. Análise do texto constitucional.....	271
3.2. O Livro digital.....	273
3.3. Repercussão Geral no STF: Recurso Extraordinário nº 330817.....	274
Considerações finais	276
Referências	277

XI.
ICMS. Substituição Tributária. Direito Constitucional à
Restituição de Valor Pago a Maior. Diretrizes Judiciais
e Entraves Regulamentares, 279

JOSÉ EDUARDO SOARES DE MELO

Resumo.....	279
Homenagem	279
1. ICMS. Regimes jurídicos.....	280
1.1. Normal	280
1.2. Substituição Tributária	281
2. Diretrizes do STF.....	282
3. Obstáculos normativos e regulamentares	285
3.1. Restrição a operação com preço fixado por autoridade	285
3.2. Questões conexas.....	286
3.2.1. Procedimento administrativo prévio.....	286
3.2.2. Repercussão financeira (art. 166 do CTN)	288
3.2.3. Modulação de efeitos.....	289
3.2.4. Complementação de valor (caso de ICMS pago a maior).....	291
Referências	299

XII.
A Tributação na Era Digital:
Exigência de ISS Sobre *Streaming*, 301

JULCIRA MARIA DE MELLO VIANNA LISBOA

CLAUDIO DE ABREU

Resumo.....	301
Introdução	301
1. Competência tributária.....	302
1.1. Competência tributária na prestação de serviços de qualquer natureza	303
2. Natureza do <i>streaming</i> : viabilizar a exploração econômica do direito de autor.....	306
Conclusão.....	310
Referências	310
Jurisprudência selecionada	310

XIII.
A Extrafiscalidade do IPTU: Medida de
Concretização do Estado Socioambiental, 313

LUIZA NAGIB

BRUNO LUIS TALPAI

Resumo.....	313
1. Estado Federal	313
1.1. Federalismo na Constituição de 1988.....	313
1.2. Competências constitucionais tributárias do Município na Constituição e Autonomia Municipal	315
1.3. Princípios Tributários orientadores do IPTU.....	317

1.3.1. Princípio da Legalidade Tributária.....	318
1.3.2. Princípio da Capacidade Tributária.....	319
1.3.3. Princípio da Progressividade	320
2. Extrafiscalidade: governo como indutor do contribuinte em produtos ecológicos e energia sustentável	323
2.1. Noções Propedêuticas.....	323
2.2. Formas de intervenção do Estado na Economia.....	325
3. Política Urbana: Proteção ao Meio Ambiente, IPTU como Instrumento de Política Ambiental – IPTU Verde	327
3.1. IPTU como mecanismo de proteção do meio ambiente e concretização da Política Urbana.....	329
3.2. IPTU Verde.....	332
Bibliografia	333

XIV.

O Devido Processo Legal no Âmbito da Responsabilidade Tributária, 337

MÁRCIO CÉSAR COSTA

Resumo.....	337
Agradecimento.....	337
1. Devido processo legal no âmbito da responsabilidade tributária.....	338
1.1. Princípio do devido processo legal na Constituição Federal	338
1.2. Devido processo legal formal e substancial – doutrina.....	345
1.3. Devido processo legal administrativo e jurisprudência dos órgãos superiores do judiciário.....	346
1.3.1. Superior Tribunal de Justiça – STJ.....	347
1.3.2. Supremo Tribunal Federal – STF	349
1.4. Devido processo legal administrativo nos órgãos superiores da Administração pública e a responsabilidade tributária do terceiro nos termos do artigo 134 e 135 do CTN	351
1.4.1. No Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF	351
1.4.2. No Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo – TIT/SP...353	
1.4.3. No Conselho Municipal de Tributos do Município de São Paulo	355
Considerações Finais	355
Referências	356

XV.

A Estrutura Analítica da Exportação de Serviço e o Parecer Normativo SF nº 4/2016, 357

MARCUS ROGÉRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

Resumo.....	357
Introdução	357
1. Análise das disposições da lei complementar nº 116/2003 relativas à exportação de serviços	358
1.1. Introdução	358

1.2. Análise das disposições da Lei Complementar nº 116/2003	359
2. A estrutura analítica da exportação de serviços	363
2.1. Introdução	363
2.2. A delimitação conceitual da exportação de serviço	364
2.2.1. Delimitação objetiva da exportação de serviço	365
2.2.2. Delimitação subjetiva da exportação de serviço	367
3. A análise do conceito “serviço” – doutrina e jurisprudência.....	370
3.1. Introdução	370
3.2. Conceitos doutrinários de serviço.....	370
3.3. O conceito jurisprudencial de serviço e sua evolução.....	372
3.4. A exportação de serviços é isenção heterônoma ou imunidade?	374
4. As disposições do acordo geral sobre serviços (GATS) e do parecer normativo COSIT/RFB nº 1, de 11 de outubro de 2018.....	377
4.1. Introdução	377
4.2. Os modos de prestação internacional de serviços propostos no Acordo Geral sobre Serviços (GATS).....	377
4.3. O resultado, a fruição e os tipos de serviços constantes do Parecer Normativo COSIT/RFB nº 1, de 11 de outubro de 2018.....	378
5. Verificação da compatibilidade das disposições do Parecer Normativo SF nº 4/2016 da Secretaria Municipal da Fazenda de São Paulo com a estrutura analítica da exportação de serviços	384
5.1. Introdução	384
5.2. O Parecer Normativo SF nº 4/2016 da Secretaria Municipal da Fazenda de São Paulo.....	384
Conclusões finais.....	391
Referências	392

XVI.

O tempo no Direito Tributário: considerações sobre inovações legislativas e jurisprudenciais acerca da contagem da prescrição tributária, 395

MARIANA CORRÊA DE ANDRADE PINHO

Resumo.....	395
Considerações Iniciais	395
1. A prescrição intercorrente no Recurso Especial 1.340.553/RS, submetido à sistemática de recursos repetitivos	400
2. A interrupção da prescrição por meio do protesto extrajudicial e o PLC nº 459/2017	405
Conclusão.....	408
Bibliografia	409

XVII.
A Proteção da Família sem Repressão ou Exclusão
(a mulher não deve ser mantida apenas como
mão de obra de reserva para o mercado), 411

MISABEL ABREU MACHADO DERZI

Resumo.....	411
1. A capacidade econômica, a progressividade e a proteção da família.....	414
2. As repercussões da proteção da família no Direito Tributário. A	
obrigatoriedade das declarações conjuntas. Imposto sobre a Renda e o	
<i>Splitting</i> conjugal ou total	418
2.1. Alguma avaliação crítica	424
2.1.1. Sobre a tributação independente.....	424
2.1.2. Sobre a família como comunidade de ganhos e de consumo. O	
<i>splitting</i> conjugal ou global.....	426
3. Os efeitos de uma tributação da renda conjunta com <i>splitting</i> no Brasil.....	428
4. A Previdência Social e a valorização dos educadores	429
Conclusões	433
Referências	434

XVIII.
O conceito de “serviço de qualquer natureza” para fins
de tributação pelo ISS na jurisprudência do
Supremo Tribunal Federal, 435

NATHALY CAMPITELLI ROQUE

Resumo.....	435
Introdução	435
1. A reforma tributária empreendida pela Emenda Constitucional 18/65	
e a instituição do ISS.....	436
2. O entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o conceito de	
“serviços de qualquer natureza”	441
2.1 A tributação da <i>locação de bens móveis</i> (item 52 da lista anexa ao	
Decreto-Lei 406/68) até o julgamento do Recurso Extraordinário	
161.121/SP (locação de guindastes) e sua modificação neste julgamento.....	441
2.2. A constitucionalidade da tributação pelo ISS da atividade de <i>leasing</i> : a	
alteração do entendimento do Supremo Tribunal Federal no julgamento	
dos Recursos Extraordinários 547.245 e 592.905 (operações de <i>leasing</i>).	
O retorno à ideia ampliada de prestação de serviços.....	445
2.3. A constitucionalidade da cobrança do ISS sobre atividade de plano de	
saúde: o conceito de <i>serviço de qualquer natureza</i> no julgamento	
do Recurso Extraordinário 651.703	448
2.4. Fim da discussão?	450
Considerações finais	451
Bibliografia	452

XIX.

Definição do Sujeito Ativo para Fins de Cobrança do ICMS Sobre a Operação de Importação e a Necessidade de Interpretar a Lei Complementar 87/1996 de Forma Ponderada em Conformidade com a Norma Constitucional, 453

OSVALDO SANTOS DE CARVALHO

RENATA CYPRIANO DELLAMONICA

Resumo.....	453
Nota inicial.....	453
Introdução.....	455
1. Das normas que trazem os delineamentos para a análise do tema.....	455
2. Das modalidades de importação segundo os agentes que as praticam.....	456
3. Da definição do contribuinte na importação por conta e ordem de terceiros e na importação por encomenda.....	457
4. Da definição do sujeito ativo nas operações de importação com remessa física da mercadoria diretamente do desembaraço para o estabelecimento do importador.....	458
5. Da definição do sujeito ativo nas operações de importação com remessa física da mercadoria diretamente do desembaraço para o estabelecimento do encomendante predeterminado ou do adquirente final (comprador de mercadoria nacionalizada vendida pelo importador direto/por conta própria).....	459
(i) Desembaraço e importador localizados na mesma Unidade Federada e destinatário físico em Unidade Federada diversa.....	461
(ii) Desembaraço e destinatário físico localizados na mesma Unidade Federada e importador situado em Unidade Federada diversa.....	462
6. Da jurisprudência.....	464
Conclusão.....	465
Referências bibliográficas.....	466

XX.

A Imunidade das Instituições de Educação e as Políticas de Incentivo à Produtividade, 467

PAULO AYRES BARRETO

Resumo.....	467
Introdução.....	467
1. A imunidade das instituições de educação.....	468
1.1. Interpretação da regra constitucional conforme sua finalidade.....	468
1.2. Diretrizes para interpretação das condicionantes do art. 14 do CTN.....	473
2. A imunidade das instituições de educação e as políticas de incentivo à produtividade.....	477
2.1. O regime jurídico das políticas de incentivo à produtividade das entidades de educação.....	477
2.2. Políticas gerais como condição a priori para demonstrar a inocorrência de desvios de finalidade. Políticas específicas como situações para análise in concreto.....	485

Considerações Finais	485
Referências bibliográficas	486

XXI.

O Princípio Federativo e seus Efeitos no Âmbito Tributário

REGINA HELENA COSTA

Resumo.....	489
I – Introdução.....	489
II – A federação brasileira	490
III – O princípio federativo e sua eficácia no sistema constitucional tributário brasileiro	490
1. Repartição de competências tributárias	491
2. Lei complementar sobre normas gerais em matéria de legislação tributária	492
3. Uniformidade geográfica da tributação, vedação à tributação diferenciada da renda das obrigações da dívida pública e da remuneração dos servidores das demais pessoas políticas, e vedação à instituição de isenções de tributos de competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios pela União.....	494
4. Não diferenciação tributária entre bens e serviços em razão de sua procedência ou destino	495
5. Imunidade recíproca	496
6. Imunidade das operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica em relação ao ICMS	498
7. Repartição de receitas tributárias	498
8. Vigência no espaço	499
IV – Um caso concreto: União e Estado-Membro em conflito federativo.....	500
V – Considerações finais.....	503
VI – Referências bibliográficas	504

XXII.

A Função da Lei Complementar 116/2003 de Dispor Sobre Conflito de Competência entre os Municípios, 505

RENATA ELAINE SILVA RICETTI MARQUES

Resumo.....	505
Introdução	505
1. O Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN.....	506
2. A demarcação da competência tributária	510
3. O Código Tributário Nacional na função de norma geral em legislação tributária	512
4. A Lei Complementar 116/2003 na função de dispor sobre conflito de competência.....	514
Conclusões	516
Referências	516

XXIII.
Direito Tributário: da Ciência das
Finanças à Interdisciplinariedade, 519

RENATO LOPES BECHO

RAFAEL KAUE FELTRIM OLIVEIRA

Resumo.....	519
1. Direito como Ciência: de Hans Kelsen a Konrad Hesse.....	519
2. Autonomia do Direito Tributário	525
3. Constitucionalização do Direito Tributário e Novas perspectivas	530
4. Conclusão	534
Referências Bibliográficas.....	535

XXIV.
As Sociedades Uniprofissionais e o Regime Especial
de Recolhimento do ISSQN, 537

ROGÉRIO HIDEAKI NOMURA

Resumo.....	537
Introdução	537
1. Princípios Constitucionais	539
1.1. Princípio da Segurança Jurídica	540
1.2. Princípio da Legalidade	547
2. Norma jurídica interpretativa.....	552
3. As sociedades uniprofissionais e o regime especial de recolhimento do ISSQN.....	554
Conclusão	562
Bibliografia	568

XXV.
Entidades Filantrópicas – Pagamento de Participação nos
Resultados (PR) aos seus Funcionários – Inexistência de
Desvio de Finalidade, Passível de Derrogar-lhes
as Imunidades Tributárias – Questões Conexas, 571

ROQUE ANTONIO CARRAZZA

Resumo.....	571
Introdução	571
1. Os princípios e valores constitucionais que disciplinam as imunidades tributárias..	573
1.1. Questões introdutórias	573
1.2. Da impossibilidade jurídica de serem ignoradas ou custeadas as	
situações de imunidade tributária	582
2. A imunidade tributária das instituições de educação e de assistência social,	
sem fins lucrativos (art. 150, VI, c, da CF)	583
2.1. Anotações propedêuticas	583
2.2. Noção de “instituição de educação, sem fins lucrativos”, ao lume dos	
arts. 23, V, 203, 209, 213 e 218, da Constituição Federal. Importantes	
consequências a tirar.....	587
3. A imunidade contemplada no art. 195, § 7º, da CF.....	591

4. O alcance dos tópicos “atendidos os requisitos da lei” (art. 150, VI, c, “in fine”, da CF) e “que atendam às exigências estabelecidas em lei” (art. 195, § 7º, “in fine”, da CF)	610
5. Detalhamento do problema e sua solução jurídica	610
6. A Participação nos Lucros e Resultados	610
6.1. Introito	610
6.2. A situação jurídica das entidades filantrópicas que pagam, a seus funcionários, a PR	613
Conclusão	616
Referências bibliográficas	616

XXVI. Imunidade, IPTU e o Supremo, 619

VÍTOR MARTINS FLORES

Resumo	619
Introdução	619
1. Constituição, IPTU e o Supremo	620
1.1. Décadas de 1980 e 1990	620
1.2. Década de 2000	621
1.3. Década de 2010	625
1.4. Saldo de 30 anos	632
1.4.1. Imóveis não afetados à atividade do ente permanecem imunes	632
1.4.2. Serviços públicos prestados por Sociedades de Economia Mista, e Empresas Públicas são imunes	633
1.4.3. A titularidade do capital dos entes privados, prestadores de serviços públicos	633
1.4.4. Posse precária não atrai a incidência do IPTU	633
1.4.5. A imunidade não deve ferir a livre concorrência e livre-iniciativa	634
1.4.6. Reversão da renda de locação para as finalidades do ente imune	635
1.4.7. Repercussão Econômica da Imunidade	635
1.4.8. O caso excepcional da ECT	635
1.4.9. Imunidade a taxas	636
1.5. O Futuro	636
Conclusão	638
Bibliografia	639